



GT 78. Saberes, ciências e tecnologias insubmissas: o conhecimento que se produz nas margens

Coordenador(es):

Graciela Froehlich (UNB - Universidade de Brasília)

Rogério Lopes Azize (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Sessão 1 - Engajamentos insubmissos

Debatedor/a: Rosana Maria Nascimento Castro Silva (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Sessão 2 - Corpos e tecnologias em disputas

Debatedor/a: Marcos Castro Carvalho (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sessão 3 - Desencontros e tensões entre práticas hegemônicas e contra-hegemônicas

Debatedor/a: Rafael Antunes Almeida (UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira)

Com inspiração no tema da 32ª RBA, o GT visa reunir pesquisas interessadas em um certo tipo de insubmissão: a dos saberes, ciências e tecnologias produzidas nas margens da hegemonia, por vezes em situações de embate e resistência. São temas de interesse mais evidente etnografias sobre os conhecimentos emergentes que mirem a Ciência hegemônica desde uma perspectiva crítica; os estudos que relacionem os processos de produção científica e tecnológica a pressupostos e efeitos racistas, misóginos, capacitistas e heteronormativos; as ciências que se produzem em espaços e por sujeitos ditos “leigos” ou não autorizados, por vezes em tensão com marcos regulatórios; apreciações críticas de pressupostos teóricos, epistemológicos e metodológicos dos estudos sociais e da antropologia da ciência e da tecnologia; bem como as miradas analíticas que (re)ensem tais propostas a partir dos contextos de crimes/desastres socioambientais e do Antropoceno. Vamos acolher etnografias e ensaios de natureza teórica que, ao se voltarem para a antropologia da ciência e da tecnologia, fomentem diálogos entre a antropologia simétrica e as antropologias pós e decoloniais. A despeito da recusa de Bruno Latour e de outros proponentes da ANT de uma linguagem metasociológica e de apontamentos quanto à incompatibilidade de perspectivas, interessa-nos acompanhar Anderson (2009), Harding (1998; 2008) e Benjamin (2016) em seu esforço de pensar possíveis pontes entre as duas tradições de pensamento e pesquisa.

?Bancos de dados vazios não sevem para nada?: os percalços da circulação de perfis genéticos para investigação criminal no Brasil

Autoria: Vitor Simonis Richter (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Desde 2009, após um acordo de colaboração com o FBI, o Brasil aumentou seus esforços para introduzir a tecnologia de bancos de DNA para investigações criminais em seu cenário técnico-legal. Em 2012, uma lei federal criando os bancos de DNA foi aprovada em um rápido processo legislativo que autorizou o funcionamento da segunda maior rede deste tipo de banco de dados em único país com 20 estados conectados ao Banco Nacional de Perfis Genéticos (BNPG) gerando preocupações legais, éticas e práticas em torno do uso cotidiano desta tecnologia pela polícia. Nesta comunicação descrevo os desafios práticos da instalação da infraestrutura desta tecnologia e os efeitos para a circulação dos perfis genéticos. A circulação, seguindo as reflexões de Amade M´Charek (2016), é o principal aspecto da performance (enactment), neste caso, das identidades, objetos e relações que emergem do uso do DNA para fazer suspeitos de crimes e



especialistas em genética forense. Ao voltar minhas atenções para as infraestruturas que fazem com que os perfis genéticos circulem com maior ou menor facilidade, é possível refletir sobre o terreno político (Von Schnitzler, 2013, 2015) que emerge e se configura a partir da introdução desta tecnologia em um contexto técnico-legal que não compartilha necessariamente todos os pressupostos legais, morais e técnicos daquele no qual a tecnologia foi desenhada (Akrich, 2014). Diante de um cenário de predominância de um imaginário sociotécnico (Jasanoff, Kim, 2009, 2015) que alimenta um entusiasmo acrítico com as promessas do uso da ciência e da tecnologia na diminuição dos crimes violentos no país através dos bancos de DNA, a descrição do processo de introdução dos bancos de DNA no Brasil permite refletirmos sobre como a adoção de um modelo de bancos de DNA para investigações criminais privilegiado em países como Inglaterra e Estados Unidos foi feito sem muita atenção aos dilemas e desafios da justiça criminal brasileira, bem como às particularidades da organização institucional das polícias e do cotidiano dos presídios no país. Além disso, podemos refletir sobre quais os pontos, conexões, sujeitos e relações que criam resistências à maior agilidade na introdução desta tecnologia no Brasil e às condições que os especialistas da genética forense e da polícia brasileira consideram ideais. Esta comunicação, portanto, busca contribuir nas discussões sobre os usos cotidianos da ciência e da tecnologia nas tecnologias de governo e de administração da vida e do crime no Brasil.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: